João José Rodrigues Lima de Almeida*

Subjetividade e concepções de linguagem: freudismo, lacanismo e pragmatismo

Psicanálise e Filosofia

Que significa uma análise filosófica da psicanálise? É possível discutir supostos filosóficos de teorias psicanalíticas? Não seria, antes, o filósofo e as filosofias que necessitariam rever suas ações inconscientes e os recalques que implicam seu discurso? Não seria a filosofia uma das formas do “discurso do Senhor”, como dizia Lacan? Como e com que direito poderia, então, a filosofia dirigir indagações acerca de presumidos fundamentos filosóficos da teoria e da clínica psicanalíticas, e pedir-lhe esclarecimentos, sem antes rever seus próprios supostos tácitos?

Para iluminar minhas pretensões, devo começar este artigo dizendo que: (1) presumo que o objeto da teoria psicanalítica é o inconsciente, ou, no melhor dos casos, as ações inconscientes, enquanto, por outro lado, o objeto da filosofia é, literalmente, tudo o que possa ser de interesse do filósofo; (2) que a especificidade da primeira disciplina e a inespecificidade da segunda, coloca a crítica da psicanálise à filosofia num emaranhado muito difícil de desenredar: afirmar que o discurso do filósofo traz marcas de recalques inconscientes é colocar em jogo uma asserção carregada de supostos filosóficos aos quais nenhuma atenção é dirigida; (3) acredito que a filosofia nada pode sugerir à psicanálise (ou a qualquer disciplina), e que o seu papel se resume apenas a pedir esclarecimentos acerca de pontos filosoficamente obscuros de conceitos propostos em certas teorias; (4) neste sentido, os pressupostos inconscientes da ação teórica da filosofia importa somente no conflito das interpretações, não impede a ação filosófica de “pedir esclarecimentos”. Se, portanto, as teorias psicanalíticas contiverem pressupostos tácitos, a filosofia pode dirigir suas perguntas a

*Doutorando em Filosofia (UNICAMP).

esses pontos, e a psicanálise, se quiser, também pode reconfigurar o sentido de suas afirmações teóricas e suas ações clínicas.

Demarcadas estas pretensões iniciais, esclareço que o propósito deste artigo é analisar, de modo muito breve, as mudanças clínicas que implicam a mudança de paradigma entre as teorias de Freud, a de Lacan, e a da psicanálise pragmática, aqui representada pelas obras de Jurandir Freire Costa, no Brasil, e de Márcia Cavell, nos Estados Unidos. As mudanças de paradigma estão restritas neste trabalho às diferentes concepções de linguagem que amoldam a prática teórica e clínica de cada perspectiva. Dependendo da concepção de linguagem em foco, a teoria concebe a subjetividade de maneira diferente da outra, e, por conseguinte, tem uma atuação clínica igualmente desigual. Alimento a esperança de que ao colocar em visão sinóptica as conexões entre conceitos e pressupostos, se dê a possibilidade de notar também aspectos antes inobservados nas teorias psicanalíticas, e, em conseqüência, dissolver certas crenças aparentemente inúteis para os propósitos da clínica.

Linguagem, Mundo e Eu

A psicanálise é, desde os seus primórdios, uma teoria sobre como a linguagem afeta o comportamento, e uma proposta clínica centrada exclusivamente sobre a fala – uma “talking cure”, como dizia Bertha Pappenheim. Sobre a forma como a linguagem afeta o comportamento, Freud nos descreve de várias maneiras, a começar do artigo de 1893, originalmente em francês, acerca de *Algumas Considerações Para um Estudo Comparativo das Paralisias Motoras Orgânicas e Histéricas*, no qual a linguagem desempenha papel crucial no processo de inervação histérica de representações reprimidas, passando pela *Carta 52*, dirigida a Fliess, o capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1946a), a *Psicopatologia da Vida Quotidiana* (Freud, 1946c), *Três Ensaios sobre a Sexualidade*, e os artigos metapsicológicos de 1915, textos nos quais se destacam a maneira pela qual representações de coisas ou de objetos ligam-se a representações de palavra, e o papel do mecanismo de repressão inconsciente na ligação entre afetos e representações. Sem mencionar que a clínica centrada exclusivamente na fala é a solução final de Freud para resolver o problema da transferência

como situação ideal para receber a repetição do sintoma do paciente e conduzir a sua cura mediante a psicanálise.

No entanto, Freud tem uma determinada teoria da linguagem que o dirige para uma certa visão de mundo. Lacan tem outra teoria da linguagem, completamente distinta, que resolve problemas metafísicos não percebidos por Freud; e a psicanálise pragmática tem uma terceira forma de concepção de linguagem, a qual, por sua vez, também tenta dar solução adequada para confusões conceituais relativas à perspectiva adotada por Lacan. Para começar a entender o que significam essas diferenças e a que pontos de vista conduzem, vou tentar esboçar os modos possíveis de colocar em relação as categorias de linguagem, mundo, e “eu” (doravante sem as aspas). Cada uma dessas teorias psicanalíticas correlaciona de modo distinto as mencionadas categorias.

Existem, pelo menos, quatro possibilidades de correlacionar eu, linguagem e mundo. Nessas interconexões, podemos situar igualmente quatro tipos distintos de psicologia. As linhas divisórias que geram as quatro possibilidades surgem do cruzamento da polaridade interno/externo, a respeito do lugar mediante o qual se concebe a subjetividade, com a polaridade pessoal/impessoal, concernente à forma de relação entre a subjetividade e os elementos que se lhe vinculam.

Na primeira polaridade – a que se refere ao lugar mediante o qual se concebe a subjetividade – temos, por um lado, duas psicologias que postulam uma subjetividade interna ou pertencente a um jardim secreto em cujo interior se desenvolve um eu, e, por outro lado, outras duas psicologias que consideram a subjetividade como um reflexo de vínculos que se dão na cultura, no âmbito social, portanto, do lado de fora da interioridade das pessoas.

A segunda polaridade – a que se refere à formação da subjetividade – pode ser concebida também de dois modos: ou como uma relação que se afigura pelo modelo da causa-efeito, para a qual se torna essencial a intervenção de um terceiro elemento mediador; ou como resultado de uma conexão interna e direta, posto que, neste caso, mundo, subjetividade e linguagem seriam elementos criterialmente distinguíveis, mas empiricamente indissociáveis. Teríamos, portanto, o seguinte entrecruzamento:

		PERCEÇÃO DOS EVENTOS MENTAIS	
		COMO INTERNOS	COMO EXTERNOS
RELAÇÃO SUBJETIVIDADE/LINGUAGEM	DIRETA	FUNCIONALISMO	PRAGMATISMO
	INDIRETA	FREUDISMO	LACANISMO

Quatro Psicologias

Na divisão aqui estabelecida não importa circunscrever com precisão os conceitos de “mundo”, “linguagem” ou “subjetividade” para além do sentido geral que estas palavras têm no dicionário. Elas adquirem conotações distintas no interior de cada uma das teorias. Assim, por exemplo, no Funcionalismo, de Jerry Fodor (1987), aqui convocado apenas para preencher o modelo de um quarto tipo de possibilidade de correlação, o mundo é o provedor causal de estímulos nervosos para o cérebro e suas funções semânticas, e localiza-se do lado de fora das construções mentais. Estas são, evidentemente, internas, e, segundo Fodor, existiria até mesmo uma protolinguagem interna, comum a todos os seres humanos, chamada *mentalese*, sobre a qual se constituiriam as linguagens naturais. Por isso, o eu também se formaria internamente, por meio de relações de sentido psicofisiológicas, cuja causa última são estímulos empíricos externos ou provenientes do mundo.

Freud também concebe fenômenos mentais como funções internas de causas externas, mas separando linguagem de pensamento. Em sua teoria, as representações de objeto situam-se num sistema mental distinto, do qual surgem as representações de palavra. Na realidade, haveria três sistemas autônomos e inter-relacionados (inconsciente, pré-consciente e consciente), encarregados de uma delicada negociação, cujo objetivo é receber quantidades de estímulo nervoso do mundo externo, e descarregá-las de volta sob a forma de ação motora ou pela fala. À totalidade deste sistema preparado para receber e despejar quantidades o autor chama de *aparato psíquico*. Seu objetivo é descarregar ao máximo tais quantidades (nunca são completamente descarregáveis), e tal operação corresponde ao que ordinariamente chamaríamos *prazer*. O eu não coincide inteiramente com nenhum dos sistemas internos do aparato, senão que é o resultado diacronicamente variável das negociações mantidas entre eles, em confronto com a consciência de reali-

dade externa. Os estímulos provenientes do mundo exterior são recebidos pelo sistema nervoso como *representações* ou *traços de memória*, e guardados no sistema inconsciente. A percepção, função dos sistemas pré-consciente e consciente, é o conjunto de representações associadas que jogam o papel de intermediários entre o eu e o mundo. Esta é a forma pela qual o eu é sempre um resultado final de pressões entre estímulos externos e internos.

No caso da teoria de Lacan, concebem-se os objetos mentais de maneira externa: o desejo, as crenças, as paixões e os atos são elementos compreendidos não no teatro interior da mente ou detectados pelo exercício de introspecção, mas necessariamente na relação entre o eu e o outro. Não existem, portanto, objetos mentais substancializados: sujeito, inconsciente, pulsão e desejo estão diluídos na fala ou no discurso, que são sempre construções sociais. Sem embargo, no seu afã de cientifização da psicanálise, de constituir uma ciência da subjetividade ao separar significantes de significados e tentar localizar o significante primordial no qual se ata o desejo, Lacan, sem se dar conta, termina por reificar a linguagem, como se esta fosse um terceiro elemento separado da pessoa que fala. A linguagem torna-se um “muro” (Lacan, 1966b, p. 316). Disto resulta uma teoria que concebe o simbólico como intermediário entre o imaginário (as crenças ou os sentidos) e o real (o mundo indistinto, o impossível, o sem-sentido). A subjetividade forma um núcleo distinto e alienado da linguagem na sua versão imaginária. Na vertente real, ela não existe, posto que o sujeito é evanescente e nada mais é que um resto vazio do conflito e da divisão que representa o desejo de reconhecimento do desejo do outro. Na visão simbólica, o sujeito é dividido, na medida em que o significante o representa indiferentemente para outro significante.

Na psicanálise pragmática, representada por Marcia Cavell (1993) e Jurandir Freire Costa (1989, 1992, 1994a, 1994b), tampouco se substancializa os objetos ou eventos mentais. Eles nada mais são que “descrições lingüísticas”. Porém, à diferença de Lacan, estes autores também tomam o cuidado de não substancializar a linguagem. Mundo, linguagem e eu são elementos percebidos na exterioridade, e são indissociáveis entre si, já que, em seu conjunto, conformam o que se chamaria de “atitude proposicional”. A relação entre os elementos é direta

e responde a normas culturais, já sejam “formas de vida” ou contexto de “jogos de linguagem”. Por este motivo, a psicanálise não pode pretender a mesma objetividade das ciências naturais. Sua objetividade, para os autores, existe na medida em que o comportamento pode ser uma descrição empírica baseada em relações causais estabelecidas entre crenças e desejos.

Três Concepções de Linguagem

As quatro psicologias supõem três distintas concepções de linguagem. As duas psicologias internalistas (Fodor e Freud) concebem uma *linguagem referencial*, ou seja, concebem a linguagem como um intermediário epistêmico cuja função é denotar o mundo. A linguagem é uma espécie de espelho, se as representações estão de acordo com a realidade externa, elas têm sentido e são verdadeiras; se não, são falsas e sem sentido. Na teoria de Freud, realidade externa se reduz a “realidade psíquica”, por isto importa para a cura que as representações de palavra se refiram às representações de coisas corretas. O problema da histeria é desviar o afeto para o corpo e ligar a correspondente representação de palavra a representações de coisa desviantes. O problema da neurose obsessiva é ligar as representações de palavra a representações de coisa ou de objeto erradas. Curar é fazer com que a linguagem denote corretamente.

Lacan, por seu turno, concebe uma *linguagem idealista* na qual não existe um “lado de fora”. O mundo não desempenha o papel de causalidade semântica nesta concepção, senão, antes, ao contrário: o mundo é um sentido lingüístico, os símbolos são mais reais que a coisa simbolizada. As mudanças de sentido são provocadas por falhas recorrentes entre as próprias relações simbólicas, as quais manifestam o registro lingüístico do “real”.

O pragmatismo de Costa e de Cavell concebe uma *linguagem comportamental* na qual falar não é simplesmente veicular um significado, senão que o sentido das palavras resulta da ação lingüística: falar é fazer alguma coisa, é o tipo de uso que se faz das palavras que provoca um significado para locutores e interlocutores. Para esta concepção de linguagem “não existe” o “lado de dentro”. Não se nega, obviamente, a experi-

ência subjetiva de interioridade, a viva impressão de que nosso pensamento é muitas vezes um diálogo interno, de que experimentamos sensações e tomamos decisões quase sempre com base no que sentimos. Não obstante, a experiência subjetiva não pode ser referida senão por meios externos, falar de si é utilizar palavras e sentidos que não nos pertencem, a linguagem é um fato social, um dado público e *a priori* com relação a qualquer indivíduo. Não é este que dela se apodera e a conforma a seu bel prazer, às suas idiossincrasias, mas, em vez disso, ele é quem deve adaptar-se às suas regras e limitações para comunicar-se e agir no mundo. Uma das limitações da linguagem é a impossibilidade de referência a estados internos. Os estados internos não são “referidos”, são somente “expressos”, uma vez que não há como verificar se a referência interna é real ou mitológica. Descrições psicológicas não podem ser, por conseguinte, mais que uma expressão de comportamento bem localizada em seu contexto. O indivíduo, ao referir-se a estados internos, está, na realidade, fazendo algo com suas palavras: tentando comover o outro, lançando um pedido de ajuda, ou fingindo alguma coisa para alcançar objetivos ocultos.

Para a psicanálise pragmática, as descrições de crenças ligadas a desejos expressam sempre algum tipo de ação. As ações aparentemente irracionais, objeto da clínica psicanalítica, são, para estes autores, interconexões inconscientes entre crenças e desejos, cuja análise deslinda a lógica subjacente, e retira do paciente seu sofrimento.

A clínica resulta de reconfigurar sentidos

O que há de curioso sobre os três tipos de teoria psicanalítica examinados neste artigo, é que elas concebem, cada uma à sua maneira, a psicanálise como uma teoria sobre atos irracionais. Todas as três, mediante suas respectivas filosofias da linguagem, pressupõem *uma certa forma de organização do desejo*. Elas tratam de explicar os comportamentos não adaptados segundo um raciocínio no qual o aparentemente irracional, entrevisto na conduta do neurótico e do psicótico, ganha um sentido aceitável pelas suas próprias concepções de linguagem. Considera-se que a psicanálise, ademais, é uma proposta de terapia que postula que o sentido do comportamento irracional é inconsciente para o agente, sua compreensão não se efetiva sem

que antes se supere uma forte carga de resistência. Para fazer este trabalho, o psicanalista constitui o que a teoria denomina como “transferência”. Evidentemente, o sentido de cada um destes termos varia segundo as diferentes concepções de linguagem de cada escola. Mas a idéia fundamental é que a transferência proporciona as condições ideais para a repetição do sintoma do paciente. Para tanto, a clínica supõe a adesão do analista e do analisando à *regra fundamental da psicanálise*: o analisando deve falar tudo o que lhe venha à mente sem nada omitir, seja por vergonha ou porque julgue o conteúdo sem importância, ou qualquer outro tipo de juízo crítico. A fala deve ser absolutamente livre. O analista, por sua parte, deve garantir esta liberdade de associação, abstando-se de sugerir conteúdos. Este deve escutar atentamente o que diz o paciente, posicionando-se de acordo com os sentidos produzidos pela sua fala. Obviamente, a posição adotada pelo analista tem o único objetivo de frustrar o sintoma, e indicar, pelo lugar ocupado na transferência, sem nada sugerir, os pontos obscuros e não percebidos pelo paciente na sua fala. Ao analisando cabe descobrir por si mesmo suas fixações, crenças e desejos ligados a ações inadequadas, tratar de ir desfazendo o que percebe como núcleos duros, de ir flexibilizando suas atitudes de acordo com intenções refletidas nas fantasias, de encontrar sozinho uma nova forma de descrever sua subjetividade. É certo, por tudo isto, que a clínica depende crucialmente da metapsicologia adotada.

Na psicanálise de Freud, a metapsicologia explica que o agente se resiste a aceitar os desejos inconscientes porque eles comportam um perigo: aumentar a quantidade interna de excitação do aparato psíquico. Isto significaria desprazer ou, ainda pior, a dor. O “perigo”, claro, ainda é um sentido oculto ao agente, guardado em forma de memória, talvez na etapa infantil, época em que a compreensão do mundo e das próprias sensações e desejos era muito mais simples e desprotegida. Porém, dado que o inconsciente é atemporal, o traço de memória ou a representação de imagem segue vigente, atuando no aparelho, buscando desesperadamente descarregar-se. Mesmo que na vida adulta o agente possa facilmente resolver suas dificuldades, seus conflitos internos, a sua estrutura psíquica segue sendo a mesma de quando este era criança. Isto quer dizer que a melhor forma de descarregar a excitação acumulada não lhe

chega porque o aparato interpreta, de maneira autônoma, que não deve fazer chegar conteúdos representados à consciência, isto é, não permitir que eles se tornem representações de palavra ou ação motora.

Na psicanálise de Lacan não existe propriamente o conceito de “resistência”. Pelo menos como responsabilidade atribuível ao paciente. A ineficácia da clínica, quando ocorre, é de inteira responsabilidade do analista. O analisando é presa de conteúdos imaginários por fixação de sentidos. Seu sofrimento resulta de que o real o confronta com a ameaça de perda do que ele considera como o objeto mais precioso, e com revelar a ausência fundamental que a demanda tenta recobrir com ilusões fálicas. O neurótico é aquele que tenta repetir fórmulas fracassadas de responder aos seus problemas. Ele gira ao redor do círculo vazio da demanda de amor ou do “desejo de reconhecimento”, perguntando incansavelmente ao Outro – “Quem sou eu?” –, e – “O que queres de mim?”. A clínica consiste em dirigir o analisando ao papel normatizador da relação com o simbólico (aceitar a castração), para tomar a distância necessária e regulamentar com o imaginário e com o real. O analista trata de desfazer as figuras imaginárias do neurótico segundo o método da adesão à regra fundamental da psicanálise. Será preciso conduzi-lo até o final da análise, à “travessia do fantasma”. Para tanto a atenção do analista se voltará para a escuta do significante fundamental do desejo do analisando, presente na enunciação do discurso, não no enunciado.

O psicanalista pragmático não se permitirá suposições sobre o que ocorre no *setting* analítico, referidas a coisas que estejam dentro da cabeça do analisando, ou fora do que ele mesmo significa com a atuação da sua fala. Para todos os efeitos, todas estas correlações estarão ali mesmo, à vista de ambos. Todavia, existe uma resistência resultante do próprio hábito lingüístico do analisando, segundo a maneira pela qual se acostumou a responder a seus desafios vivenciais, mas que já não corresponde adequadamente à realidade que conforma o mundo. O sofrimento decorre do fato de que se formam hábitos inadaptados ao contexto cultural. Os hábitos, os costumes, são, em geral, práticas cegas, comportamentos imperceptíveis que tendem a manter-se por sua própria inércia. Mas se o analisando chega a dar-se conta da rede de crenças e desejos que determina suas ações, pode descobrir a racionalidade subjacente

ao seu comportamento aparentemente irracional, e apresentar respostas adequadas. Vencer as resistências do analisando é parte do jogo de linguagem que sustenta a regra da transferência na psicanálise.

Se aceitamos este brevíssimo resumo das metapsicologias de Freud, de Lacan, e da psicanálise pragmática, podemos dizer que a primeira teoria trata de elucidar o sentido que a linguagem supostamente teria que denotar. Em outras palavras, o sofrimento resulta de que a linguagem do neurótico denota equivocadamente. É necessário, portanto, um enunciado verdadeiro, aquele que pode reunir adequadamente uma representação de objeto com uma representação de palavra – e este é somente um.

A segunda teoria não tem uma concepção de verdade como correspondência, porque a sua concepção de linguagem é idealista: a verdade é uma produção possível até mesmo pela mentira. O sofrimento resulta de que não há um equilíbrio adequado entre os regimes simbólico, imaginário e real, internos à linguagem. A causa do desequilíbrio é a falta de reconhecimento do desejo como presença de ausência constituída pelo significante fundamental, o *Falo*, e de uma correlação harmônica entre os deslocamentos da cadeia significante e a subjetividade que por ela se faz representar.

A terceira teoria adota um conceito de verdade como satisfação, resultado da coerência entre as distintas descrições de crenças e suas correspondentes inter-relações com o mundo externo. A psicanálise pragmática acredita numa racionalidade subjacente às ações irracionais inconscientes porque, à luz da sua concepção de linguagem e de verdade, todo comportamento pode ser interpretado como relação entre crenças e desejos que visam à satisfação de objetivos e à maximização de prazer. Os enunciados serão verdadeiros na medida em que se encontre um sentido razoável para uma ação intencional. Do ponto de vista do analisando, bastaria uma descrição satisfatória e coerente com a história da sua rede de crenças e desejos para que o seu sofrimento tivesse fim. O seu sofrimento é causado por ligações entre crenças e desejos inconscientes, cuja manifestação são as ações irracionais. O objetivo da clínica é a redescritção subjetiva do paciente, tornar conscientes elos lingüísticos inconscientes.

Como se Organiza o Desejo?

Freud nos disse que a humanidade havia sofrido três profundas feridas narcísicas: a primeira, de natureza cosmológica, quando descobrimos que a terra não mais estava no centro do universo, a segunda, biológica, quando nos inteiramos de que a própria humanidade não ocupava qualquer posição única e fundamental entre as espécies, sendo somente um acaso genético da descendência de certos símios, e a terceira, psicológica, quando comprovamos que o eu não era mais o senhor em sua própria casa (Freud, 1947, p. 11). O sujeito, não mais amo e senhor da sua vontade, é determinado em seu querer por motivos inconscientes.

Conseqüente com o mesmo raciocínio, Lacan postulou um sujeito dividido e inconsciente como subversão do sujeito cartesiano, na forma do enunciado “penso onde não sou, sou onde não penso” (Lacan, 1966a, p. 517), e a psicanálise pragmática, por seu turno, como “rede de crenças e desejos causadora do comportamento”. O sentido dessas afirmações na teoria psicanalítica depende, naturalmente, do uso que se faz dos conceitos no interior do regime teórico que os compreende. Assim, Freud está no contexto de uma concepção referencial da linguagem e num regime conceitual internalista indireto. Lacan está no contexto de uma concepção idealista da linguagem e num regime externalista indireto. A psicanálise pragmática, por sua vez, está numa concepção comportamental da linguagem, e num regime externalista direto. Tais diferenças de concepção de linguagem e de regimes teóricos respondem a distintas estratégias de saneamento das impurezas metafísicas da concepção anterior. Não é outro o sentido de promover procedimentos diversos sob compreensões desiguais das funções teóricas. Trata-se, um em relação ao outro, de um aperfeiçoamento da eficácia em purgar elementos espúrios da teoria e da clínica psicanalíticas admitidos acriticamente pelos antecessores.

Cada modelo teórico trouxe as suas vantagens e seus esclarecimentos. Entretanto, para o nosso consumo particular, é forçoso reparar que os três modelos ainda são solidários, cada qual à sua maneira, naturalmente, de uma visão fatalista do desejo e do comportamento humano. Todos acreditam numa forma que responde pela organização do desejo. Todos propõem, por razões diversas, por motivos e propósitos variados

por suas aplicações particulares, seja o determinismo das idéias inconscientes que se unem a representações de palavra equívocas, seja o determinismo lingüístico retroativo à estrutura que modela o sentido, seja o determinismo lingüístico dos sentidos guardados na memória do comportamento, uma maneira de determinismo aceitável de causa lingüística. Na prática, cada qual à sua maneira, esses modelos teóricos explicam a racionalidade subjacente aos atos irracionais. Para Freud, trata-se do mecanismo das representações inconscientes; para Lacan, atento à psicologia concreta, a racionalidade está no próprio “real”, na concepção idealista da linguagem, já que “o real é racional”; e para a psicanálise pragmática, as ações irracionais são apenas aparências cuja racionalidade se estabelece na complexa rede de interconexões entre crenças e desejos. Não há, todavia, qualquer sentido, isto é, uma razão, nem necessária nem suficiente, para explicar o comportamento, porque todas as distinções que estabelecemos para compreender uma conduta não têm dela uma separação clara. O significado de uma palavra é normalmente indissociável de uma obediência cega a determinados usos ou aplicações do termo, segundo práticas consolidadas numa cultura na forma de hábitos. Claro, há sentido em descrever comportamentos: são interpretações, são jogos de linguagem, são expressões comportamentais de comportamentos. O que nos faltaria seriam os critérios científicos, ou meramente razoáveis, aceitáveis, para constituir uma “teoria dos atos irracionais”, os critérios para estabelecer, de maneira “pré-articulada”, as condições de possibilidade da sua significação. Isto só seria possível no mundo de Laplace, ou no fim da História, de Kojève ou de Hegel, mundos nos quais todos os atos revelam-se finalmente como determinados, e o sentido de responsabilidade fica revogado. Tudo conhecer é também tudo desculpar. Se aceitamos, no entanto, que tais mundos são proposições injustificáveis, temos três conseqüências: (1) não há sentido em nenhuma espécie de determinismo em psicologia, mesmo atenuado para “descrições lingüísticas” ou aceito como “determinação retroativa”; (2) tampouco há sentido na inferência de uma autonomia da vontade; (3) resta somente a própria ação lingüística, a qual resulta de uma conjuntura vagamente determinável de fatores sociais contingentes e localizados que permite distinguir as regras do seu agir – entre os quais o privilégio e a responsabilidade da primeira pessoa –, da qual

não se dissocia, sob pena de perda de sentido, a intencionalidade da ação. Portanto, distinguir, discriminar, discernir, não significam necessariamente separar. Vale a diferença entre critérios e sintomas (Wittgenstein, 1958, p. 24-25): na descrição psicológica são estabelecidos somente critérios, as conexões entre seus elementos estabelecem-se sob o modo da necessidade, não da contingência. A linguagem não sai da sua gramática, assim como a representação pictórica não existe à parte da tinta, da tela e da sua figuração. Tampouco qualquer dos elementos descritivos pode ter privilégio epistêmico sobre os outros. As psicanálises lingüísticas, entretanto, desviaram-se dos critérios para os sintomas, como se houvesse algo além da manifestação comportamental. Como lembra Antonia Soulez (1998, p. 95),

Psicologizar a vontade, ao dramatizar sua divisão interna, é arriscar-se a fazer o jogo da psicologia favorecendo sua intrusão na gramática, e, do mesmo modo, reforçar, sob a cobertura do diagnóstico, o erro naturalista que consiste em fazer dos processos mentais as causas dos meus atos lingüísticos.

É possível que, para Wittgenstein, de modo bem diverso, a questão seja “menos de saber se uma pessoa é livre ou não para querer, do que de *liberar* este emprego da linguagem da qual nossa visão fatalista das coisas é solidária.” (Idem, p. 105).

O que descrevi e neste trabalho foram três tipos de teorias psicanalíticas associadas à vontade de purificação de resíduos metafísicos pela via de solução lingüística. O primeiro tipo de teoria psicanalítica, a de Freud, utilizou uma concepção referencialista da linguagem para compreender o desejo como conexões entre representações mentais de coisas e de palavras que necessitam ser descarregadas. Nesta concepção de linguagem, a subjetividade é uma organização interna formada por parte da consciência e parte da inconsciência, cuja função é garantir o máximo de equilíbrio entre as forças internas da mente e as limitações e perigos da realidade externa.

Já a segunda teoria psicanalítica, a de Lacan, armada com uma concepção idealista da linguagem, moveu-se às custas de uma disposição cientificista, mediante a qual realizou a separação entre a subjetividade, a ser explicada, e a própria linguagem, tomada como instrumento explicativo. Embora a compreensão da subjetividade seja externalista, o eu é a incorporação

imaginária do desejo do outro, a relação entre esta e a linguagem é indireta, visto que a cadeia significante, que representa o sujeito de um significante para outro, lhe é indiferente, não lhe concerne.

A terceira teoria, a psicanálise pragmática, provida por uma concepção comportamental da linguagem, pela qual entendeu que a relação com a subjetividade realiza-se de maneira interna e direta, elegeu, sem embargo, a interpretação radical como elemento lingüístico privilegiado para a explicação do desejo, deixando-se desviar do plano manifesto do comportamento lingüístico para as suas causas profundas e ocultas.

As três teorias são conseqüentes na relação entre sua auto-imagem e sua concepção de linguagem. Freud concebia a psicanálise como ciência natural, ou, pelo menos, como aspirante a uma psicologia científica. Já a teoria de Lacan, conseqüente com sua posição idealista, é uma concepção bastante semelhante à da psicologia racional. E a psicanálise pragmática, com a concepção comportamental da linguagem, expressa-se segundo uma psicologia descritiva.

Seria possível, no entanto, imaginar uma forma de teoria psicanalítica que não se assemelhasse à psicologia científica, ou à psicologia racional, ou à descritiva? Haveria sentido numa psicanálise *sem qualquer psicologia*? A meu ver, uma psicanálise que pudesse cumprir o ideal de purificação da metafísica não se confundiria com nenhum tipo de psicologia. Descobrir o interesse da linguagem para a psicanálise resulta, precisamente, em imaginar a possibilidade de uma terapia definitivamente apartada de qualquer psicologia, seja ela natural, substancial ou relacional. Para tanto, seria preciso resgatar de Jean-François Lyotard a compreensão de jogos de linguagem como *embates* (Lyotard, 1979, p. 22-23). Nesta concepção de “jogo de linguagem”, falar é combater. Não significa que uma pessoa necessariamente jogue para “ganhar”: há quem jogue por prazer, sem finalidade, e há quem jogue para perder. Salvaguardadas as variações, há, na realidade, quatro delineamentos básicos na concepção de jogos de linguagem como embate:

Suas regras não têm legitimação em si mesmas, senão que formam parte de um contrato, explícito ou não, entre os jogadores.

Na falta de regras não há jogo, o que não quer dizer que o jogo se defina pelas regras que o descrevem – o conceito de jogo não pode ser abarcado por uma definição, posto que esta já seria um jogo de linguagem.

Todo proferimento deve ser considerado como um lance feito dentro do jogo.

Uma jogada ou proferimento que não satisfaça as regras, não pertence ao jogo praticado em conformidade com estas.

Mediante este recurso, recuperar-se-ia a noção freudiana da segunda tópica, a eterna luta entre o *eu* e o *super-eu*, e a conseqüente formação da subjetividade no confronto com o outro. Recuperar-se-ia a noção kojeviana de uma agonística geral, tanto utilizada por Lacan nas suas definições da identificação narcísica e formação do eu como “desejo de reconhecimento” ou “desejo do desejo do outro” – porém agora desvestida de qualquer menção descritiva, como induz a supor a palavra “desejo”. Neste sentido, se há uma “luta pelo reconhecimento”, não se poderia dizer que a sua força operatória é o “desejo do desejo do outro”, ou qualquer elemento que cumprisse alguma função explicativa. Não há função explicativa a ser cumprida nas expressões comportamentais. O fundamento da ação é a própria ação: ou, em outras palavras, não há fundamento. Com estes delineamentos, acredito que seria possível supor uma metapsicologia como *confronto de poderes clinicamente calculado*. E, assim, recuperar também, agora esvaziada de conteúdo, a idéia freudiana de que o império da lei corresponde, em cada um, à renúncia da plena satisfação pulsional. A metapsicologia lacaniana baseia-se precisamente nesta idéia; porém, enquanto dessubstancializa o conceito de “pulsão” e não se refere a conteúdos na conceitualização do “sujeito” e do “inconsciente”, reifica, por outro lado, aspectos formais da linguagem para sugerir que o “desejo” gestiona-se por intermédio de tais elementos. Na suposição aqui presente, não há preocupação em definir-se o desejo ou a subjetividade, nem imaginar de que forma tais elementos se organizariam. Não seria preciso mais que saber que a clínica psicanalítica é uma instituição feita de:

- uma *regra fundamental* – o paciente deve associar livremente, comunicar tudo o que lhe vier à cabeça, sem

censurar-se por qualquer motivo, como vergonha, medo ou autocrítica;

- uma relação de *transferência* – o analista deve favorecer a repetição das ações consideradas sintomáticas, e deve abster-se de exercer sobre elas qualquer influência senão a facilitação da sua continuidade;
- um *setting* analítico – a transferência, como manifestação da resistência, será analisada no interior de sessões regulares.

Há diversos estilos ou maneiras de quebrar-se a regra fundamental. Cada um desses estilos de ação pode ser visto como uma determinada forma de agir, isto é, como uma “psicopatologia” sem qualquer referência senão aos aspectos formais e relacionais da ação ou da conduta. Desse modo, não teríamos uma nosologia substancializada nem predicada a respeito de qualquer pessoa. A psicopatologia seria apenas um nome para a forma de ação exercida pelo paciente no interior de um jogo de linguagem, ao quebrar a regra fundamental. Quanto à transferência, o analista não poderia interpretar conteúdos. Sua ação visaria simplesmente frustrar o abuso de poder nas ações do paciente, usando técnicas que não interfeririam no comportamento lingüístico (entendido, segundo a regra fundamental, como “livre associação”). A intenção seria a de que o paciente fosse aprendendo, pouco a pouco, que a sua maneira de agir não consegue sobrepor-se à do outro, e fosse assim modificando seus hábitos para conformar-se, da maneira que melhor lhe parecesse, ao contrato do jogo de linguagem por ele mesmo assumido. Ao analista interessaria somente a forma, não o conteúdo. A questão tampouco seria “tornar conscientes motivações inconscientes”. O hábito, naturalmente, é cego; exercido sem necessidade de percepção ou consciência. Além disso, a percepção de um hábito não necessariamente o modifica. A intenção, na análise, não poderia ser senão exclusivamente a de um aprendizado: o poder deve ser negociado. Aprendizado que não é o ensino de um conteúdo, mas um confronto de poderes e o ingresso numa forma de vida resultante da integração equilibrada no jogo de dominação exercido pelas vontades em conflito entre si. Trata-se-ia apenas de um exercício, de uma disciplina, na qual só as ações estariam em jogo. A consciência

de uma maneira de agir é indiferente para este propósito. Como em qualquer jogo de linguagem, o aprendizado, no interior de uma forma de vida, é instintivo. Pode vir ou não acompanhado de consciência ou de interpretações racionais.

Já existe a sugestão de Osmyr Faria Gabbi Jr., em artigo a ser ainda publicado, para pensar a teoria psicanalítica como uma *metapsicologia da promessa*. Esta teoria minimalista da clínica, inspirada pela teoria dos atos de fala de Austin, interpreta a regra fundamental da psicanálise como uma promessa. Por esta perspectiva, no diálogo analítico há somente performatividade, não descrição de estados de coisa. A ação do analisando é tentar convencer o analista que a promessa está sendo cumprida, o papel do analista é frustrar os atos de fala do analisando. Como em qualquer luta por reconhecimento, a promessa é também um embate. Os diferentes tipos de patologia também são definidos pelo autor segundo a forma que o proferimento do paciente apresenta quando fracassa. Tais formas são captadas pela maneira como o analisando infringe a regra fundamental. Assim,

- na histeria, o outro não cumpriu a promessa;
- na neurose obsessiva, o sujeito é devedor da promessa;
- na perversão, o sujeito finge cumprir a promessa;
- na paranóia, o outro lhe cobra a promessa;
- no estado depressivo, o sujeito é incapaz de cumprir a promessa;
- no estado maníaco, o sujeito é capaz de cumprir a promessa;
- a esquizofrenia, o sujeito constitui o outro a quem promete.

Como confronto de poderes clinicamente calculado, a metapsicologia da promessa apresenta-se como uma elegante solução antimetafísica pelo recurso de uma determinada filosofia da linguagem, a par de situar-se no cerne da tradição clínica da psicanálise. A psicanálise, pela proposta, escaparia de tornar-se uma forma de psicologia, configurando-se apenas como

modo de intervenção terapêutica. Não sabemos ainda se a metapsicologia da promessa é uma promessa. Falta apresentar a tese e discutir aspectos técnicos desta proposta clínica, se a sua aplicação prática é factível ou não. Sabemos, no entanto, que, pela concepção comportamental da linguagem, nenhuma psicologia faz sentido.

Resumo

Este artigo faz uma breve análise das psicanálises de Freud, de Lacan, e do pragmatismo em psicanálise, defendido por Jurandir Freire Costa e Márcia Cavell. Trata-se de esboçar as diferenças entre as suas maneiras de conceber os fenômenos mentais, e as conseqüências que seus supostos filosóficos trazem para a compreensão e o tratamento do sofrimento psíquico.

Résumé

Cet article fait une analyse des psychanalyses de Freud et de Lacan et du pragmatisme en psychanalyse soutenu par Jurandir Freire Costa e Márcia Cavell. Il s'agit d'ébaucher les différences entre ces deux conceptions des phénomènes psychiques et leur apport pour la compréhension et le traitement de la souffrance psychique.

Referências

CAVELL, Marcia (1993). *The psychoanalytic mind. From Freud to philosophy*, Cambridge, Harvard University Press.

COSTA, Jurandir Freire (1989). "As sombras e o sopro: a psicanálise na era da linguagem" In: BIRMAN, Joel (org.). *Freud: 50 anos depois*. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, p. 149-171

_____. (1992). *A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará.

_____. (1994a). "Pragmática e processo analítico: Freud, Wittgenstein, Davidson, Rorty". In: COSTA, Jurandir Freire (org.).

Redescrições da psicanálise: ensaios pragmáticos. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará.

_____. (1994b). *A face e o verso. Estudos sobre o homoerotismo II*, São Paulo, Editora Escuta.

DESCOMBES, Vincent (1995). *La denrée mentale*. Paris, Les Éditions de Minuit.

FODOR, Jerry (1987). *Psychosemantics*. Cambridge, MIT Press.

FREUD, Sigmund (1952). "Die Abwehr-Neuropsychosen. Versuch einer psychologische Theorie der akquirierten Hysterie, vieler Phobien und Zwangsvorstellungen und gewisser halluzinatorischer Psychosen." In: *Gesammelte Werke*, Erster Band. Frankfurt a. M., S. Fischer Verlag, 1991.

_____. (1946a). "Die Traumdeutung". *Gesammelte Werke*, 2/3. Band., Frankfurt a. M., S. Fischer Verlag, 1991.

_____. (1946b). "Triebe und Tribschicksale". *Gesammelte Werke*, Band X. Frankfurt a. M., S. Fischer Verlag, 1991.

_____. (1946c). "Zur Psychopathologie des alltagslebens". *Gesammelte Werke*, Band IV. Frankfurt a. M. S. Fischer Verlag, 1991.

_____. (1947). "Eine Schwierigkeit der Psychoanalyse". In: *Gesammelte Werke*, Band XII. Frankfurt a. M. S. Fischer Verlag, 1987.

GABBI Jr, Osmyr Faria (2003). *Notas a projeto de uma psicologia. As origens utilitaristas da psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago.

LACAN, Jacques (1956). *Le séminaire, livre III: Les psychoses*. Paris, Ed. du Seuil.

_____. (1958). *Le séminaire, livre V, Les formations de l'inconscient*. Paris, Ed. du Seuil.

_____. (1966a). "L'instance de la lettre ou la raison depuis Freud". In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil.

_____. (1966b). "Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse". In: *Écrits*. Paris, Ed. du Seuil.

LYOTARD, Jean-François (1979). *La condition postmoderne*. Paris, Ed. du Minuit.

SOULEZ, Antonia (1988). "Essai sur le libre jeu de la volonté". In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Leçons sur la liberté de la volonté*. (Traduction de A. Soulez). Paris, PUF, 1998, p. 67-355.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1958). *The blue and brown books: preliminary studies for the Philosophical Investigations*. Oxford, Basil Blackwell, 1958.